

A HORA DA VERDADE

Militares suspeitos são exonerados de postos de comando

Os dois atuaram em ataque às urnas; Tomás Paiva diz que não havia opção a ex-comandante da Força a não ser 'seguir a lei'

JENNIFER GULART
E KARLENE BANDIERA
jglobo@globo.com
kbandiera@globo.com

Segundo determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes, o Exército exonerou ontem de postos de comando dois militares alvos da Operação Tempus Veritatis da Polícia Federal, que apura uma tentativa de golpe de Estado para manter o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no poder. A cúpula das Forças Armadas tem avaliado que a operação servirá para individualizar as condutas, sem que sejam tratadas como ações da instituição. Ontem, o comandante Tomás Paiva afirmou que não havia outra opção ao general Marco Antônio Freire Gomes, à frente da instituição no governo passado, do que "seguir a lei" diante das investidas de aliados do ex-presidente.

Foram exonerados o tenente-coronel Guilherme Marques Almeida, comandante do 1º Batalhão de Operações Psicológicas do Exército, e o tenente-coronel

Helio Ferreira Lima, comandante da 3ª Companhia de Forças Especiais. Segundo a PF, Ferreira Lima atuou na busca por inconsistências nas urnas eletrônicas. Para os investigadores, as medidas eram direcionadas à propagação de desinformação para gerar descrédito do sistema eleitoral. O tenente-coronel enviou a Mauro Cid um documento em inglês e um arquivo em formato PDF com o nome "fraude nas Urnas 2022" e mensagens que insinuam a existência de dois códigos-fontes das urnas eletrônicas.

Já o coronel Guilherme Marques Almeida teria atuado na produção, divulgação e amplificação de notícias falsas e de "estudos" sobre o processo eleitoral com o objetivo de criar o "ambiente propício para a execução de um golpe de Estado". Em conversa com Mauro Cid, é compartilhado material com desinformação sobre as urnas de Fernando Cerimedo organizado por Tércio Arnald Tomas, ex-assessor de Bolsonaro.

O comandante do Exército, general Tomás Paiva, afirmou que não havia opção a ele — disse Tomás Paiva ao GLOBO.

PLANO NEGADO

Mensagens obtidas pela PF nos celulares de alvos da operação mostram, por exemplo, que o general Braga Neto proferiu uma série de xingamentos e ofensas a integrantes da cúpula das Forças, entre os quais Freire Gomes. Como revelou a investigação, Bolsonaro reuniu os chefes das Forças Armadas para apresentar uma minuta golpista no início de dezembro. Na ocasião, segundo a delação premiada de ex-ajudante de ordem Mauro Cid, o almirante Almir Garnier Santos, então comandante da Marinha, teria dito ao ex-presidente que seus homens estavam prontos para aderir



Atuação. O comandante do Exército, Tomás Paiva, força a efetivação de cargos de comando dos militares alvos de operação da PF

Cid: 'Eles (MPF) não podem fazer p... nenhuma'

A Polícia Federal aponta que o tenente-coronel Mauro Cid enviou a ordem do ex-presidente Jair Bolsonaro, demonstrando "anulação de militares com manifestações antidemocráticas" na frente de quartéis. Conforme noticiou o blog da

jornalista Andréia Sadi, no GL, em resposta a um oficial do Exército que disse estar preocupado com uma recomendação do Ministério Público Federal. Cid orientou-o a ignorar o órgão. O procurador da República Fábio de Moraes havia recomendado que fosse desmontada a estrutura usada por golpistas que acampavam em frente a uma unidade do Exército

em Caxias do Sul (RS). > "Cara, vou ser bem sincero contigo. Já recomendado... manda se f...". Já Recomendado... está recomendado. Obrigado pela recomendação. (...) Eles (o MPF) não podem multar. Eles não podem prender. Eles não podem fazer por nenhuma. Só vão encher o saco. Mas não vão fazer nada, não", disse Cid. O áudio foi

enviado ao tenente-coronel Alexandre Araújo Rodrigues.

> Ainda segundo o blog, a PF usou dados de celulares e de entrada e saída do Palácio da Alvorada, residência oficial da Presidência, na investigação sobre a minuta de decreto golpista. Apesar dessas informações, a PF afirma que Bolsonaro saberia da existência do texto.

a um chamamento. Já Freire Gomes afirmou que não embarcaria em eventual plano.

Já sobre as suspeitas envolvendo o general de quatro estrelas Estevam Theophilo, ex-comandante do Comando de Operações Terrestres (Coter), Tomás Paiva minimiza e diz que, sozinho e sem

o aval do comandante do Exército, ele não teria como ordenar intervenção.

— Não havia menor possibilidade dele empregar qualquer tipo de tropa. O comandante do Coter não tem poder pra isso. O Coter não é órgão operacional, mas de planejamento. O Co-

ter não comanda ninguém, é órgão de direção setorial, como outros, órgão de assessoramento do comandante. Quem dá a ordem é o comandante — diz Paiva. Ao todo, 17 militares foram alvo de mandados de busca e apreensão na última quinta-feira — sete deles da ativa.

Delação cita senador como parte de grupo de 'radicais'

Luís Carlos Heinze, segundo Cid, defendia narrativa de fraude eleitoral e a necessidade de uma ação militar após vitória de Lula

PAOLA SERRA, PATRICK CAMPBELL E KARLENE BANDIERA
pserra@globo.com
kbandiera@globo.com

Em delação à Polícia Federal, o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordem do ex-presidente Jair Bolsonaro, citou o senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) como integrante do grupo de "radicais" que defendia uma narrativa de fraude eleitoral e a necessidade de uma ação militar no país após a vitória de Luiz Inácio Lula da Silva nas urnas. Procurado, o parlamentar não retornou aos contatos.

A informação consta na investigação da PF obtida pelo GLOBO. O documento cita a organização de uma reunião entre Heinze e Bolsonaro no dia 12 de novembro de 2022, cerca de duas semanas após o segundo turno. Na ocasião, Cid e o ex-ministro Walter Braga Neto, vice na chapa de Bolsonaro, discutiram sobre uma videoconferência marcada para aquele dia. Braga Neto diz: "Deixa eu com o PR (presidente da República), que eu

Heinze, senador gaúcho, sugeriu confisco de urnas de uma

já sei qual é o assunto". Em um áudio interceptado pela PF, gravado em 8 de novembro de 2022, Cid relata a um interlocutor (segundo a PF, aparentemente endereçado ao então comandante do Exército, general Freire Gomes) que Bolsonaro estava recebendo visitas pessoais para "pressioná-lo a tomar medidas mais fortes para reverter o resultado das eleições". Heinze estaria entre os que pressionariam o ex-presidente.

Segundo a revista "Veja", o senador teria aconselhado Bolsonaro a usar as Forças Armadas para confiscar urnas eletrônicas, sem o aval do TSE, para testes que comprovassem a teoria bolsonarista contra o sistema eleitoral. Heinze foi um dos integrantes da tropa de choque do governo Bolsonaro na CPI da Covid, em 2021. Na época, o então relator, o senador Renan Calheiros (MDB-AL), chegou a propor a inclusão de Heinze entre os alvos de pedido de indiciamento. O parlamentar era acusado por colegas de co-

missão de disseminar desinformação sobre os tratamentos da Covid. Nas sessões, o senador bolsonarista usava seu espaço de fala para defender medicamentos cuja eficácia contra a doença não era comprovada, além de difundir o chamado "tratamento precoce" sem comprovação.

Numa das polêmicas que Heinze envolveu na CPI, ele citou uma pesquisa publicada pela revista científica "The Lancet" — que passou por retratação após falta de dados. Quando comentou o tema, o senador reforçou a versão de que tal pesquisa teria sido encomendada por uma empresa chamada Surgisphere, onde trabalhava, segundo ele, uma atriz pornô. Tratou-se de Mia Khalifa, que foi citada em fake news como uma cientista.

STF tem maioria para tornar réus ex-membros da cúpula da PM-DF

Para Moraes, policiais tinham conhecimento prévio e não agiram no 8/1

MARIANA MUNIZ
munic@globo.com
munic@globo.com

A maioria da Primeira Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) aceitou a denúncia da Procuradoria-Geral da República (PGR) contra ex-integrantes da cúpula da Polícia Militar do DF acusados de omissão durante os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023, quando bolsonaristas invadiram e depredaram as sedes dos três Poderes. A análise do caso ocorre no

plenário virtual da Corte, onde os ministros apenas depositaram seus votos. Até agora, seguiram o voto do relator, Alexandre de Moraes, os ministros Carmen Lúcia e Cristiano Zanin. O julgamento tem previsão de ocorrer até o próximo dia 20, mas pode ser paralisado por pedido de vista ou de destaque.

O colegiado analisa as denúncias contra o ex-comandante-geral da PM-DF Fábio Augusto Vieira, o subcomandante-geral Kleber Rosa Gonçalves, os coronéis

Jorge Eduardo Barreto Naine, Paulo José Ferreira de Sousa Bezerra e Marcelo Casimiro Vasconcelos e o tenente Rafael Pereira Martins. A PGR denunciou o grupo de policiais por omissão imprópria. Segundo a PGR, as investigações obtiveram mensagens trocadas entre os oficiais com teor conspiratório e golpista após o resultado das eleições presidenciais de 2022. A manifestação da PGR aponta ainda que, no dia 8 de janeiro, os policiais



Omissão. Ataques de janeiro do ano passado. STF vê omissão de PMs do DF

militares denunciados, todos em postos de comando, teriam contribuído com os atos de violência e vandalismo ocorridos contra o Palácio do Planalto, o Congresso Nacional e o STF.

Em seu voto, Moraes diz que ficou devidamente de-

monstrado que os denunciados tinham conhecimento prévio dos riscos envolvendo os atos de 8 de janeiro e, ainda assim, permaneceram omissos, o que possibilitou a execução dos ataques contra o Congresso Nacional, o Palácio do Planalto e o

Supremo Tribunal Federal. "O contexto extraído da investigação evidencia que todos os denunciados se omitiram dolosamente, aderindo aos propósitos golpistas da horda antidemocrática que atentou contra os três poderes da República e contra o regime democrático", afirma o ministro.

Ainda segundo Moraes, "os fatos contextualizados na investigação evidenciam o proceder de possível organização criminosa que tem por um de seus fins desestabilizar as instituições republicanas, principalmente aquelas que possam contrapor-se de forma constitucionalmente prevista a atos ilegais ou inconstitucionais".

Em agosto de 2023, a cúpula foi presa preventivamente por determinação de Moraes, a pedido da PGR.